

Márcio Antonio Teixeira *
Olimpio Beleza Martins **

A Geografia como saber é tão antiga como a própria história da humanidade. E as primeiras informações sobre a utilidade prática dos conhecimentos geográficos não é uma inovação contemporânea e remonta à antiguidade clássica.

Por isso, falar da aplicação desses conhecimentos é falar da própria evolução da geografia. Segundo MICHEL PHILIPPONNEAU, esta "ciência" tem sido utilizada para fins práticos ao longo de sua existência principalmente em dois domínios: de um lado, os progressos do conhecimento geográfico favorecem as descobertas de novas terras, assim entre a geografia e as explorações existe um relacionamento estreito. Enquanto as explorações trazem novos materiais à "ciência" geográfica, esta ordena os conhecimentos adquiridos o que vai facilitar as novas explorações. Do outro lado: um bom conhecimento do meio geográfico é de natureza primordial para que Estados dominantes possam melhor aproveitar os recursos das regiões sobre as quais eles exercem sua autoridade. Assim, a organização racional dos conhecimentos adquiridos sobre as novas áreas descobertas, a descrição da Terra e a sua representação cartográfica favorecem os trabalhos de exploração.

Na antiguidade, tanto fenícios como gregos, principais representantes das talassocracias mediterrâneas, quando procuravam novas rotas comerciais tinham nos conhecimentos geográficos um interesse eminentemente prático. Nasce assim uma geografia com objetivos definidos de auxiliar os Estados dominantes na conquista de novas áreas através da descrição, dos registros e da cartografia.

Os exemplos desta utilidade prática se sucedem. Alexandre fez construir um "quadro" que representasse a realidade geográfica das províncias de seu império.

A expansão do Império Romano se concretiza na medida em que os povos vizinhos vão sendo submetidos e dominados pelo Estado emergente. Todo conhecimento geográfico adquirido vai servir ao Estado para tais fins expansionistas. Augusto e Cesar ordenam o levantamento dos recursos militares e econômicos do mundo Romano e a colonização do império se apoia sobre o conhecimento preciso do meio.

+ Exposição feita em mesa redonda "Teoria e Aplicação da Ciência Geográfica", no II Encontro Regional de Geografia realizado em Londrina, de 29/03 a 01/04/84.

* Professor Assistente do Departamento de Geografia do Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais de Presidente Prudente, UNESP.

** Professor Assistente Doutor do Departamento de Geografia do Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais de Presidente Prudente, UNESP.

Após a decadência do Império Romano, a geografia continua a ter mais ou menos os mesmos objetivos. Continua a descrever e cartografar as novas terras e fornecer dados para o Estado. Entretanto, a história da geografia, como bem notou MOREIRA, "após rápidas passagens pela Idade Média, salta para o século XVIII. A indiferença manifestada para com o tempo revela-se massacrante para com o espaço. A história da geografia é a história da geografia produzida pelos europeus".

Apesar desta "lacuna", os conhecimentos geográficos adquiridos e registrados na antiguidade exerceram uma influência fundamental e decisiva sobre as descobertas ocorridas na Renascença. Na escola de Sagres, Dom Henrique de Portugal estuda as obras dos geógrafos antigos antes de lançar suas equipes de navegadores na conquista das costas africanas. Em sequência, os soberanos das outras potências marítimas européias imitam-no.

Durante o século XVIII, fase das grandes expedições marítimas oficiais e século XIX das grandes explorações continentais, o progresso dos conhecimentos geográficos apresenta um interesse eminentemente utilitário. As preocupações econômicas e políticas estão em primeiro plano, conseqüentemente, a expansão econômica e política provoca um alargamento no campo do conhecimento geográfico.

Tal avanço serviu para que se pudesse elaborar uma nova geografia administrativa da França, e as enquetes para fins práticos são mais e mais utilizadas. Napoleão I, compreendendo a utilidade da geografia faz executar os primeiros recenseamentos gerais da população e dota as diversas administrações de um aparelho estatístico. Ele pede a seus oficiais verdadeiras monografias geográficas sobre os países estrangeiros.

De qualquer forma, desde a antiguidade até o final do século XVIII, esta geografia descritiva e estatística que baseava-se fundamentalmente na descrição dos fatos e enumeração de dados era um inventário (descritivo e cartográfico) das características principais das populações e das terras descobertas, e tinha por objetivo fornecer elementos para que os Estados pudessem "bem administrar".

De um lado, esta geografia já não podia resolver os problemas de organização territorial que estavam surgindo no próprio continente europeu. Do outro lado, os outros ramos do saber estavam evoluindo e sistematizando-se.

A geografia tinha que responder às necessidades de uma política territorial. E quem primeiro exige é a Alemanha. Até o final do século XVIII, a Alemanha não passava de um conjunto de feudos com um mínimo de relação política ou econômica. A unidade econômica vai ser forjada ao longo do século XIX e a unidade política somente se dará em 1870. De uma maneira diferente dos outros Estados, o aprofundamento das relações capitalistas vai se dar na Alemanha de maneira tardia, provocando uma transformação econômica porém sem modificar o poder existente.

A implantação de relações capitalistas e o bloqueio imposto por Napoleão vão exigir a unificação nacional como saída para a própria existência da Alemanha. Para que o processo de unificação se realize, vários problemas de organização espacial e territorial vão ser colocados.

Com Humboldt e Ritter o conhecimento geográfico é sistematizado. O primeiro definia a geografia como a ciência de síntese dos conhecimentos da Terra. Para o segundo, a geografia deveria estudar as individualidades dos diferentes

lugares e compará-las. Ambos morreram em 1859, sem que o processo de unificação tivesse terminado, pelo menos a unificação política.

Devido o descompasso temporal, com que as relações capitalistas se intensificam na Alemanha, consequentemente a tardia unificação nacional, ela não participou do processo de divisão das terras em colônias impostas pelos Estados Imperialistas. A Alemanha através de seu Banco Central que tinha emprestado dinheiro aos outros Estados Europeus para que pudessem investir em suas colônias, passa a ter aguçado o seu desejo de também ter novos territórios anexados. Era preciso justificar este desejo expansionista. E a geografia vai servir mais uma vez a tais propósitos.

Neste período, o principal representante vai ser Friedrich Ratzel, que afirma ser o estudo da influência que o meio natural exerce sobre o homem o objeto da geografia. Desta forma, dizendo que o progresso implicaria na necessidade de aumentar o território. Para ele, o território representa as condições de trabalho e existência de uma sociedade. A perda de território seria a maior prova de decadência de uma sociedade. Estava assim justificando o conceito de "espaço vital", conforme A.C.R.MORAIS.

Dando ênfase ao "determinismo geográfico", Ratzel estava procurando legitimar o expansionismo e o imperialismo alemão.

A geografia alemã trazendo em seu bôjo o anseio do expansionismo colhe os primeiros frutos em 1870. A Alsácia e a Lorena são incorporadas ao território alemão após a guerra franco-germânica.

Seus seguidores deram mais ênfase ao determinismo geográfico e a partir daí formularam várias teorias, sendo que na maioria das vezes para legitimar o imperialismo europeu nos quatro cantos do globo.

O desenvolvimento destas várias teorias que justificaram o imperialismo vai constituir a geopolítica. Estava então como objetivo conquistar, e defender os novos espaços incorporados. O sueco Kjellen, o inglês Mackinder e o alemão Haushofen foram os principais teóricos entre os geopolíticos.

Kjellen foi quem utilizou o nome de geopolítica pela primeira vez; Mackinder desenvolveu a teoria das "áreas pivôs"; e Haushofen definiu-a como parte da estratégia militar.

Após a derrota de 1870, a França precisava recuperar seu prestígio e seus territórios que tinham sido perdidos na guerra com a Alemanha.

A geografia de Ratzel justificava o expansionismo alemão e os franceses acabavam de sofrer suas consequências. Era preciso derrotá-la. O Estado Francês percebendo esta necessidade passa a incentivar o desenvolvimento da geografia que foi colocada em todas as séries do curso básico. Era preciso desmascarar a ideologia alemã mas também justificar o expansionismo francês.

Paul Vidal de La Blache foi o fundador da escola francesa de geografia que tinha missão tão importante a desempenhar.

La Blache para atacar a geografia de Ratzel clama por uma "neutralidade científica" e um "descomprometimento ideológico". Ele critica o "determinismo naturalista" e defende a idéia de que o homem é um ser atuante que sofre as influências do meio ambiente, mas que atua sobre o mesmo dominando-o.

Criticava o expansionismo germânico por não respeitar as fronteiras dentro da Europa, coisa que ele considerava "legítima e sagrada". Isto porque tais fronteiras foram forja

da ao longo dos séculos. Defendia o colonialismo francês justificando que este ocorria na África e Ásia onde os povos primitivos necessitavam de ajuda para se desenvolverem.

Na Primeira Grande Guerra a Alemanha é derrotada e com ela a geografia de Ratzel. O "determinismo geográfico" é substituído pelo "possibilismo geográfico", ou como o professor Carlos Augusto disse "o determinismo geográfico" foi substituído pelo "determinismo econômico". A geografia está agora a serviço do imperialismo francês. Isto porque o Estado Francês percebeu que certos fracassos da política de grandes obras na África Equatorial tinham ocorrido devido a um conhecimento insuficiente das condições geográficas locais. A criação de uma seção de geografia no O.R.S.T.O.M. constitui um exemplo importante da utilização da geografia para fins práticos pelo Estado.

A partir da 2ª Guerra Mundial as transformações ocorridas nos setores científico e tecnológico passam a contribuir para que novas técnicas sejam empregadas. As técnicas matemáticas e estatísticas passam a ser ferramentas de trabalho daqueles que se engajaram na "revolução quantitativa e teórica da geografia". Os defensores desta Nova Geografia creditam-lhe um maior rigor na aplicação de metodologia científica e no desenvolvimento de teorias e modelos.

Esta Nova Geografia teve um desenvolvimento rápido nos Estados Unidos onde na década de 60, o governo federal empregava mais de 500 geógrafos, sendo que 200 deles no Departamento de Defesa. Isto sem considerar os geógrafos que trabalhavam no serviço de cartografia do Exército. Alguns estavam ligados aos diversos escritórios do Pentágono. No seu trabalho "Geografia dos Mercados e do comércio varejista", o professor Brian Berry agradece a ajuda recebida do ofício de Pesquisa Navais dos Estados Unidos.

Portanto, as relações desta Nova Geografia com o Estado e com as Forças Armadas Americanas são bastante estreitas. Na França, por volta de 1977/78, quando os Institutos de Pesquisas reclamavam mais verbas, os projetos dirigidos por um representante da Geografia Quantitativa nunca teve cortes do governo giscardiano.

No Brasil, o IBGE passou a ser o principal centro da Nova Geografia a partir de 1964, estando sempre a serviço do atual Estado face ao seu projeto "Desenvolvimentista".

Este movimento denominado "Nova Geografia" que é fruto da ação concomitante Estado e Sociedade Capitalista será intensificado no período, sendo premiado com verbas e investimentos os centros de investigações que produzissem este tipo de conhecimento. O qual visa ampliar os meios para que a iniciativa privada ou estatal capitalistas possam realizar de maneira mais fácil seus lucros.

Assim esta geografia passa a ser oficial na medida em que os programas e as estruturas curriculares do ensino da ciência geográfica viverão um processo de adaptação às novas exigências do Estado. Como exemplo ocorre na Universidade a introdução do conhecimento visando a mensuração, até por via indireta, dos fenômenos ditos geográficos. Enquanto que a nível do ensino de 1ª e 2ª graus implanta-se o chamado "Estudos Sociais" pretendendo gerar uma visão abrangente do social, entretanto, levando à noções superficiais da realidade.

Por outro lado, na década de 50, alguns geógrafos franceses, dentre eles Pierre George, com uma formação marxista, iniciam um processo de renovação da geografia. Mas a ocupação da Hungria (1956) pelas tropas russas significou um balde de água fria nesta reorientação, e vários geógrafos e outros intelec

tuais chegaram mesmo a romper com o marxismo. Porém, os trabalhos de Pierre George passam a chamar a atenção para os problemas mais econômicos e mais sociais. Em seu livro "Geografia Econômica" ele já divide o mundo em sistemas econômicos (sistema capitalista e sistema socialista). Ainda na década de 60, Yves Lacoste, discípulo de Pierre George, escreve " Geografia do Subdesenvolvimento", onde estuda os países pobres e denuncia as desigualdades sociais e econômicas existentes sob o capitalismo. Na terceira edição de "Geografia do Subdesenvolvimento" (1976), Lacoste aprofunda mais suas críticas em função dos contactos mais frequentes com seus alunos provenientes dos diferentes países do terceiro mundo e no livro " A Geografia serve antes de mais nada, para fazer a guerra". Na França, esta geografia passa a ser divulgada a partir de 1976, na revista Hérodote, da F.MASPERO, tendo Yves Lacoste como diretor e o professor Milton Santos como colaborador no grupo de discussão.

Nos Estados Unidos, a partir de 1969, circula a revista Antipode principal veículo de divulgação da análise marxista naquele país. Porém um dos marcos mais importantes desta geografia foi a publicação da obra "Social Justice and the City", (1973) de David Harvey.

No Brasil, o professor Milton Santos é o principal representante desta geografia crítica pela sua postura política e social expostas nas suas principais obras.

Antes de finalizar, podemos dizer que permeando a relação teoria/aplicação aparece a questão do método e a questão do objeto como fundamentais. Uma vez definido precisamente o objeto, o método ganha uma importância maior ainda, pois, podemos caminhar. Isto é, se utilizarmos um método que seja correto a verdade será revelada, ao contrário, se utilizarmos um método incorreto, ele encobrirá a verdade, o real. O método incorreto leva à relações bastante gerais. Pode-se até começar pela análise daquilo que se chama de real, e estar trabalhando com um real ou concreto "representado". Por exemplo: os estudos de população falam das relações da sociedade, entretanto, população é um elemento aparente de um real que constitui as classes sociais. Portanto, trabalhando com essa variável aparente encobriremos as relações mais profundas.

Poderemos partir de relações gerais, por um caminho que considerariamos correto na medida em que, por exemplo, para o estudo da população, utilizaríamos da categoria classes trabalhadoras, assalariadas, da categoria capital, da categoria divisão do trabalho, e chegaríamos por esse caminho até as abstrações mais sutis, até as determinações mais simples. E quando isso ocorrer, fariamos um caminho de volta, para encontrar uma totalidade que receberá, posteriormente, o nome de população. Entretanto, essa totalidade terá sido vista nas suas relações mais sutis, portanto à isso chamaríamos, o método correto.

O método utilizado por essa geografia crítica se diferencia porque sem negar as categorias gerais, parte daí para compreender as categorias mais simples e também as mais complexas.

Esta geografia crítica interessa-se pela análise dos modos de produção e das formações sócio-econômicas. Procura denunciar as desigualdades espaciais e sociais existentes na sociedade capitalista e visa contribuir para a transformação desta sociedade numa sociedade mais justa. Está engajada na defesa da igualdade e da justiça social.

Por isso, ao contrário das outras " geografias" não está somente a serviço dos Estados.

Bibliografia Básica:

- CHRISTOFOLETTI, Antonio - Perspectivas da Geografia. São Paulo, Difel, 1982.
- MONTEIRO, Carlos Augusto F. A Questão Ambiental no Brasil (1960-1980). São Paulo, IGEOG/USP, 1981.
- MORAIS, Antonio C.R. - Geografia- Pequena História Crítica. São Paulo, Hucitec, 1983.
- MOREIRA, Ruy - O que é Geografia. São Paulo, Col. Primeiros Passos- Brasiliense, 1981.
- PHILIPPONNEAU, Michel - Géographie et action introduction à la géographie appliquée. Paris, Colin, 1960.
- SANTOS, Milton - Por uma Geografia Nova. São Paulo, Hucitec, 1978.